

A postura neorrealista da Grécia e da Turquia nas disputas marítimas no leste do mar Mediterrâneo e no mar Egeu

Greece and Turkey's neorealist stance in the eastern Mediterranean Sea and Aegean Sea maritime disputes

Resumo: As disputas marítimas entre a Grécia e a Turquia no mar Egeu e no leste do mar Mediterrâneo refletem os conflitos da história de formação de ambos os Estados. Essas discordâncias ganharam novas dimensões com a descoberta de recursos minerais na Plataforma Continental do Chipre, com a organização do Fórum de Gás Natural do Mediterrâneo Oriental (EMGF) e o anúncio da criação do oleoduto *EastMed*, que conta com a participação da Grécia, Chipre e Israel; e a exclusão da Turquia neste projeto. Em contraposição, há uma valorização, por parte Turquia, da política expansionista do *Mavy Vatan* (Pátria Azul), que busca um novo posicionamento geopolítico. Este artigo pretende analisar as disputas marítimas entre a Grécia e a Turquia para a utilização do referido oleoduto, à luz da teoria realista das relações internacionais. Nesse contexto, serão analisadas o quanto a postura neorrealista de ambos os Estados interfere em suas relações com a União Europeia (UE), com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), com as resoluções da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e nas disputas marítimas do leste do mar Mediterrâneo. Para tal, utilizou-se uma metodologia descritiva qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica sobre a relevância estratégica do mar Egeu e do leste do mar Mediterrâneo e os desafios para manutenção da estabilidade da região diante dos interesses particulares da Grécia e da Turquia. Nesse diapasão, foram utilizados relatórios do parlamento europeu, do congresso estadunidense sobre a Otan e artigos acerca das disputas marítimas da região. Como resultados obtidos, percebeu-se a extrapolação das divergências entre os dois Estados envolvendo outros atores nas disputas marítimas, a realização de acordos bilaterais e multilaterais internacionais, o aumento de tensão no leste do mar Mediterrâneo e, conseqüentemente, a adoção de uma postura moderada de todos os atores envolvidos a fim da obtenção de uma solução pacífica.

Palavras-chave: Grécia; Turquia; Chipre; mar Egeu; leste do mar Mediterrâneo

Abstract: Maritime disputes between Greece and Turkey in the Aegean Sea and the eastern Mediterranean Sea reflect the conflicts in the history of formation of both States. These disagreements acquired new dimensions with the discovery of mineral resources on Cyprus' Continental Shelf, the organization of the East Mediterranean Gas Forum (EMGF) and the announcement of the creation of the *EastMed* pipeline, which has the participation of Greece, Cyprus and Israel; and the exclusion of Turkey from this project. In contrast, Turkey values the expansionist policy of the *Mavi Vatan* (Blue Homeland), which seeks a new geopolitical positioning. This article aims to analyze the maritime disputes between Greece and Turkey for the use of this pipeline, based on realism theory in international relations. In this context, we will analyze the extent to which the neorealist stance of both States interferes with their relations with the European Union (EU), with the North Atlantic Treaty Organization (NATO), with the resolutions of the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS) and with maritime disputes of the eastern Mediterranean Sea. To this end, we used a qualitative descriptive methodology through bibliographic research on the strategic relevance of the Aegean Sea and the eastern Mediterranean Sea and the challenges to maintain the stability of the region considering the particular interests of Greece and Turkey. In this sense, we used reports from the European Parliament, the US Congress on NATO, and articles on the maritime disputes in the region. The results show the extrapolation of the differences between the two States involving other actors in the maritime disputes, the establishment of international bilateral and multilateral agreements, the increased tension in the eastern Mediterranean Sea and, consequently, the adoption of a moderate stance by all actors involved in order to achieve a peaceful solution.

Keywords: Greece; Turkey; Cyprus; Aegean sea; eastern Mediterranean sea.

Juarez Cerqueira Ferreira 

Escola de Guerra Naval. Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
nauta.juarez@gmail.com

Recebido: 6 jul. 2022

Aprovado: 27 abr. 2023

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1 INTRODUÇÃO

A relação entre os Estados é anárquica. De maneira geral, a teoria neorrealista busca explicar essas relações entre os Estados baseada na estrutura e influência do sistema internacional sobre eles (LAMY, 2005). Nesse contexto, foram selecionadas as relações entre Turquia e Grécia nas disputas marítimas no leste do mar Mediterrâneo e no mar Egeu.

É importante observar que o mar Egeu e o leste do mar Mediterrâneo se situam em posição estratégica, uma vez que materializam uma interseção geopolítica entre o ocidente e o oriente, sendo confluências naturais de linhas de comunicação marítimas provenientes da Europa, Ásia e África (AUTRAN, 2021).

O mar Egeu tem relevante papel na história desses dois países. Foi cenário de disputas de pleitos de direitos sobre espaços marítimos ao longo do tempo. Além disso, o mar Egeu conta com mais de 2500 ilhas, o que aumenta a complexidade das tratativas sobre as perspectivas jurídicas dos litígios.

Em 1982, foi criada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar (CNUDM, ou *UNCLOS*, sigla em inglês para *United Nations Convention on the Law of the Sea*) que buscou regulamentar, em âmbito internacional, os deveres e direitos quanto aos espaços marítimos dos Estados. Ainda que a Grécia seja signatária da convenção, a Turquia não o é. Tal situação dificulta as tratativas nesse foro e ajuda a demonstrar o caráter anárquico do sistema internacional, pois justifica a busca de poder dos Estados.

Apesar das dissidências existentes entre Turquia e Grécia, ambos são Estados-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). A participação nesse tratado em comum não impediu, ao longo da história recente, a contenda entre os dois Estados. Inclusive, houve ameaças de uso da força durante a Invasão do Chipre (1974), conforme será apresentado neste artigo.

No ano de 2020, a Grécia e a Turquia se viram novamente à beira da guerra tanto pela oposição quanto pelo exercício da soberania sobre as águas do mar Egeu e do leste do mar Mediterrâneo devido à recente descoberta de recursos minerais. Mas, novamente, houve a manutenção da paz.

A Turquia e a Grécia têm diferenças históricas que estão relacionadas aos respectivos processos de formação. Este artigo visa explicar, à luz da teoria neorrealista, como se deram essas relações ao longo do tempo, sobretudo, a partir da dissolução do Império Otomano e como foram agravadas recentemente.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre Grécia e Turquia diante da relevância do mar Egeu e do leste do Mar Mediterrâneo, bem como os desafios para manutenção da estabilidade da região perante os interesses particulares de cada um desses Estados.

A relação desses Estados foi analisada sob a perspectiva da teoria neorrealista de Waltz, cujo objetivo central é apontar as principais causas da guerra nas relações internacionais, avançando em uma análise que viabilize tanto o entendimento dos conflitos internacionais quanto a construção política da paz.

Para tal, utilizou-se uma metodologia descritiva qualitativa, com ajuda de pesquisa bibliográfica, focada em relatórios do Parlamento Europeu, do Congresso estadunidense sobre a Otan e artigos sobre as disputas marítimas da região. Como resultados obtidos, percebeu-se a extrapolação das divergências entre os dois Estados envolvendo outros atores nas disputas marítimas,

a realização de acordos bilaterais e multilaterais, o aumento de tensão no leste do mar Mediterrâneo e, conseqüentemente, a adoção de uma postura moderada por parte de todos os atores envolvidos a fim da obtenção de uma solução pacífica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Kenneth Neal Waltz (1924-2013) é um cientista político estadunidense, que defendeu, em 1954, na Universidade de Columbia, o seu doutorado sobre o tema *O Homem, o Estado e o Sistema Internacional na Teoria das causas da Guerra*.¹ Naquele momento, ele inaugurou o desenvolvimento da teoria neorrealista ou realista estrutural das relações internacionais, que resultou com a publicação do livro *O Homem, O Estado e a Guerra: uma análise teórica*,² em 1954, aprimorando a sua teoria, em 1979, por meio do livro *A Teoria da Política Internacional*.³

A teoria neorrealista de Waltz tem como objetivo central apontar as principais causas da guerra nas relações internacionais, avançando em uma análise que viabilize tanto o entendimento dos conflitos internacionais quanto a construção política da paz. Assim, partindo do pressuposto de que existe uma dinâmica de constituição mútua entre a ocorrência de guerras e a formação dos Estados, busca-se investigar as três imagens da teoria neorrealista das relações internacionais – o homem, os Estados e o sistema de Estados – de modo a analisar as causas das guerras contemporâneas e como elas influenciam na estruturação do sistema de Estados, em que se alicerça o sistema internacional (WALTZ, 1959).

Segundo Waltz (1959), a compreensão da guerra pode ser dividida em três imagens.⁴ A primeira traz a discussão filosófica sobre a natureza humana e a influência do homem na ocorrência da guerra. Na segunda imagem, o autor concentra-se na ação dos Estados, entendidos como estrutura máxima da sociedade, sendo esses os principais agentes produtores da guerra. Na terceira imagem, por sua vez, há a afirmação da existência de um sistema internacional anárquico, em que os Estados interagem entre si em busca de um balanceamento de poder.

A terceira imagem é central no entendimento da guerra, sendo esta influenciada com maior ou menor intensidade pelas outras imagens (WALTZ, 1974). Nesse sentido, o contexto internacional contemporâneo – volátil, incerto, dinâmico e ambíguo – demonstra a mesma inclinação à guerra apontada por Waltz.

Após a segunda metade do século XX, é possível perceber a emergência de novos atores no cenário político internacional, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia. O aspecto transnacional da ONU, contudo, não altera o caráter anárquico do sistema internacional, uma vez que a instituição é composta por Estados que elaboram políticas e as aplicam sobre outros Estados. De maneira parecida, a União Europeia apresenta como objetivo a

1 Título original: *Man, the State and the State System in Theories of the Causes of War*.

2 Título original: *Man, The state and war: A Theroretical analysis*.

3 Título original: *Theory of international politics*.

4 O autor aponta que imagem não pode ser confundida com nível. Para ele, o termo imagem de análise sugere a forma como uma figura se mostra para cada um, apontando que cada um tem uma visão particular de mundo. A partir do momento em que se constata que não é possível observar direta e verdadeiramente a política internacional, o termo imagem refere-se àquilo que é enxergado partindo das diferentes perspectivas.

gregos: a Guerra Greco-Turca de 1897, a Primeira Guerra dos Balcãs (1912-1913), as perseguições durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Guerra Greco-Turca (1919-1922) (GRECO-TURKISH..., 1998).

O primeiro conflito, a Guerra Greco-Turca ou Guerra dos Trinta Dias (1897), ocorreu em um contexto de crescente preocupação grega com as condições dos seus habitantes na Ilha de Creta, que estava sob domínio turco e onde as relações entre os cristãos e os governantes muçulmanos deterioravam-se progressivamente (WAR OF GREEK..., 1988).

A Primeira Guerra dos Balcãs, por sua vez, durou de outubro de 1912 a maio de 1913, envolvendo ações da Liga dos Balcãs – os antigos reinos da Bulgária, Sérvia, Grécia e Montenegro – contra o Império Otomano. A guerra originou das aspirações dos Estados nacionalistas que desejavam incorporar territórios cuja maioria da população se autodeclarava pertencer a alguma daquelas nacionalidades, as quais, todavia, permaneciam sob o domínio do Império Otomano (HALL, 2014; WAR OF GREEK..., 1988).

Já durante a Primeira Guerra Mundial, ocorreu a perseguição sistemática da população grega cristã da Anatólia, instigada pelo Império Otomano e pelo movimento nacionalista turco por motivos religiosos e étnicos. Centenas de milhares de gregos otomanos morreram nesse período e os refugiados sobreviventes, ao retornarem à Grécia, causaram um aumento de aproximadamente um quarto à população daquele país (BLAINEY, 2009).

As disputas marítimas atuais têm sua origem, em grande medida, a partir do Tratado de Lausanne de 1923, que encerrou a Guerra Greco-Turca do início dos anos 1920. Com o tratado, foi estabelecida a independência dos territórios turcos e equilibrados os interesses dos dois países no mar Egeu, delimitando áreas marítimas, desmilitarizando ilhas gregas e advogando benefícios mútuos para Grécia e Turquia. Assim, ocorreu uma estabilização das relações nas décadas seguintes, o que permaneceu até que as recentes discussões marítimas retornassem.

Posteriormente, o Tratado de Paris de 1947, entre a Itália e os Países Aliados, incluindo a Grécia, reverteu a posse das ilhas Dodecanesas, no mar Egeu, para a Grécia, como uma compensação pelas perdas na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mantendo, ainda assim, uma limitação para a militarização das ilhas. Essas ilhas já tinham sido turcas no século XVI, porém passaram para a posse da Itália após a Guerra Italiano-Turca de 1912. Logo, o Tratado de Lausanne que tinha confirmado a propriedade italiana dessas ilhas, teria sido, de certa forma, substituído pelo disposto no Tratado de Paris. Em razão disso, as ilhas no sudoeste da costa da Turquia passaram a ser encaradas como um problema estratégico para os turcos, comprometendo, com o Tratado de Paris, o equilíbrio trazido pelo Tratado de Lausanne (MANN, 2001).

4 A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO GREGA E TURCA NA OTAN E UE

A Otan, capitaneada pelos Estados Unidos da América (EUA), foi inicialmente criada como aliança de defesa coletiva para, durante a Guerra Fria,⁵ contrapor-se à União das Repúbli-

5 A Guerra Fria surgiu no contexto de uma ordem internacional bipolar caracterizada pela confrontação entre os EUA e a Rússia (ex-URSS) em uma busca por esferas de influência. Nesse caso, está sendo considerado o período compreendido entre a apresentação da Doutrina Truman ao Congresso dos EUA, em 1947, com as diretrizes da política externa de contenção do expansionismo soviético, e a queda do muro de Berlim, em 1989, que precedeu a dissolução da ex-URSS em 1991.

cas Socialistas Soviéticas (URSS) cujo maior representante era a Rússia. Embora geograficamente mais próximas da URSS, tanto Turquia quanto Grécia ingressaram na Otan no ano de 1952. Por isso, até o fim da Guerra Fria, a participação de ambos os países na aliança contribuiu para que os impasses diplomáticos fossem resolvidos no âmbito da associação política em prol de um inimigo comum. Após a dissolução do Pacto de Varsóvia, principal ameaça à Otan, a organização tornou-se, além de uma aliança militar, um tratado para representar a tentativa de garantir a segurança coletiva da Europa (MANN, 2001).

A Turquia é importante para a Otan, pois o país ajuda a realizar a contenção do *Rimland*, de Spykman, na Eurásia, confrontando diretamente a Rússia (KAPLAN, 2013).⁶ Essa perspectiva é apontada pelos especialistas estadunidenses em assuntos ligados à Turquia, conforme o trecho:

A localização da Turquia perto de vários pontos de acesso globais tornou a disponibilidade contínua de seu território para o **estacionamento e transporte de armas, carga e pessoal valioso para os Estados Unidos e OTAN**. Da perspectiva da Turquia, o valor tradicional da OTAN tem sido mitigar suas preocupações sobre a invasão de vizinhos. A Turquia inicialmente se voltou para o Ocidente em grande parte como uma reação à postura agressiva pós-Segunda Guerra Mundial pela União Soviética. Além da Base Aérea Incirlik perto de a cidade de Adana, no sul da Turquia, outros locais importantes dos EUA/OTAN, que possui um alarme de mísseis antecipado no leste da Turquia e um comando de forças terrestres da OTAN em Izmir. A Turquia também controla o acesso de e para o mar Negro através de seus estreitos.⁷ (ZANOTTI; THOMAS, 2021, p. 3, tradução e grifo nosso)

Porém, segundo Kaplan (2013), ela não é uma aliada totalmente fiel ao tratado. Em março de 2003, o parlamento turco votou contra a instalação de tropas estadunidenses, maior potência da Otan, em seu território para a invasão do Iraque, demonstrando certa resistência aos interesses estadunidenses.

Além disso, em 2017, a Turquia iniciou o processo de aquisição de um sistema de defesa superfície-ar russo, o S-400 e a possível compra de aviões de caça russos, em uma reaproximação entre os países. Segundo Zanotti e Thomas (2021), essa situação exigiu uma postura firme dos EUA, que anunciou o não fornecimento da aeronave F-35 *Joint Strike Fighter* para a Turquia e, adicionalmente, interrompeu a fabricação dos componentes para essas aeronaves.

6 Para Spykman, o *Rimland* é funcionalmente uma vasta região, ao sul da Rússia, que serve como zona-tampão ou bloqueadora dos conflitos entre o poder terrestre, representado pela Rússia, e o poder marítimo, representado pelas Estados que exercem o domínio no mar. Na Europa, esse fenômeno é representado pelas milenares guerras ocorridas entre a Europa oriental e os russos na região-tampão da Europa Oriental. No oriente europeu, a Rússia tem lutado contra os turcos e ingleses em diversas tentativas para alcançar o oceano e poder projetar-se pelo mar (TOSTA, 1984).

7 No original: “*Turkey’s location near several global hotspots has made the continuing availability of its territory for the stationing and transport of arms, cargo, and personnel valuable for the United States and NATO. From Turkey’s perspective, NATO’s traditional value has been to mitigate its concerns about encroachment by neighbors. Turkey initially turned to the West largely as a reaction to aggressive post-World War II posturing by the Soviet Union. In addition to Incirlik Air Base near the southern Turkish city of Adana, other key U.S./NATO sites include an early warning missile defense radar in eastern Turkey and a NATO ground forces command in Izmir. Turkey also controls access to and from the Black Sea through its straits pursuant to the Montreux Convention of 1936*”.

O acordo dos S-400 também desencadeou sanções por parte dos EUA. O ex-presidente estadunidense, Donald Trump, retardou tais sanções, enquanto tentava persuadir a Turquia a se abster de operar os S-400. A forma como os Estados Unidos respondeu à aquisição do S-400 pela Turquia poderá afetar as vendas de armas dos EUA com relação a outros parceiros importantes que compraram ou comprarão armas avançadas da Rússia, incluindo Índia, Egito, Arábia Saudita e Catar. No entanto, para os analistas Zanotti e Thomas (2021) não está claro como as sanções contra a Turquia poderão afetar a economia, comércio e compras de defesa estadunidenses.

A Turquia, mesmo sendo uma democracia e um Estado-membro da Otan, consolou-se por anos com a esperança de ingressar na União Europeia (UE), uma fixação que as autoridades turcas deixaram patente para o bloco econômico. Todavia, na primeira década do século XXI, ficou claro que a Turquia talvez nunca se torne um membro efetivo da União Europeia por uma razão obtusa pautada pelo determinismo geográfico e cultural: o país é mulçumano, o que o torna indesejado, pois poderia ser a maior porta de acesso à Europa (KAPLAN, 2013).

Por sua vez, a Grécia também tem importância para a Otan. O país apresenta especial relevância em função da possibilidade do uso militar de suas ilhas. Ao contrário da Turquia, a Grécia tem se mantido mais fiel ao tratado, uma vez que não tem sido a protagonista das contendas com a Turquia. Porém, em decorrência de divergências com a questão do Chipre, retirou-se temporariamente da Otan entre os anos de 1974 e 1980. Para o então primeiro-ministro grego, Constantine Karamanlis (1907-1998), diante da ocupação do Chipre pela Turquia, no ano 1974, com o uso de material militar da Otan, só restariam as seguintes possibilidades para resolver o impasse: “sair do Tratado ou iniciar uma guerra com a Turquia” (STEARNS, 1992, p. 68).

As contendas entre Grécia e Turquia trazem diversos problemas e vulnerabilidades para a organização. Essas diferenças têm origens históricas e não foram resolvidas por ocasião do ingresso de ambos os países na organização, nem mesmo quando o tratado representava a defesa contra um inimigo comum, a ex-URSS, tampouco ao longo de mais de meio século como Estados-membros. Assim, os litígios entre os dois Estados membros da Otan continuam existentes, conforme trecho:

A coincidência das missões nacionais e militares da OTAN explica por que a Grécia e a Turquia foram capazes de fazer ajustes significativos em seus desdobramentos de forças e planos de defesa sem serem diretamente desafiados pelos Comitês Militares e de Planejamento de Defesa da OTAN. Embora o escrutínio mais casual das ordens de batalha gregas e turcas mostrasse claramente que suas forças no teatro do Egeu foram implantadas principalmente umas contra as outras, não contra o Pacto de Varsóvia, a OTAN optou por tratá-los como forças executando uma missão de defesa nacional consistente com os planos da OTAN para não levantar a questão mais incômoda de qual ameaça eles estavam se defendendo.⁸ (MANN, 2001, p. 55, grifo nosso)

8 No original: “*The coincidence of their national and NATO military missions explains why Greece and Turkey were able to make significant adjustments in their force deployments and defense plans without being directly challenged by NATO’s Defense Planning and Military Committees. Although the most casual scrutiny of Greek and Turkish orders of battle clearly showed that their forces in the Aegean theater were deployed primarily against each other, not the Warsaw Pact, NATO chose to treat them as forces executing a national defense mission consistent with NATO plans and not to raise the more awkward question of what threat they were defending themselves against.*”

5 A SITUAÇÃO ENVOLVENDO O CHIPRE

No período pós-Segunda Guerra Mundial surgiram problemas étnicos entre turcos e gregos devido às diferenças religiosas entre muçulmanos e cristãos. Em 1955, essas oposições foram materializadas em protestos ocorridos em Istambul por questões étnicas no Chipre, primeiramente, quando este esteve sob governo britânico e, posteriormente, quando se tornou Estado independente. Em 1959, foi negociado um acordo entre Reino Unido, Turquia e Grécia para garantir a independência do Chipre e, conseqüentemente, os interesses das comunidades desses países.⁹

Em 1974, um grupo de cidadãos gregos de orientação político-partidária de direita, apoiados pela ditadura militar então vigente na Grécia, tentou tomar o controle do Chipre, o que provocou a intervenção turca, declarando-se garantidora dos direitos na ilha. Assim, a Turquia invadiu o norte do Chipre, ocupando cerca de 40% do território da ilha, dividindo-a, sob o pretexto de proteger a minoria cipriota turca, elevando as tensões militares entre Turquia e Grécia. Até hoje, pública da Turquia do Norte do Chipre é reconhecida apenas pela Turquia, enquanto a República de Chipre é reconhecida internacionalmente.

Assim, ocorreu novamente um recrudescimento das rivalidades históricas entre os dois países, tendo sido o Chipre o pivô do agravamento dessas disputas, que ainda perduram. As tensões culminaram com o cancelamento dos pactos de cooperação entre a Grécia e a Turquia, causando o colapso do Pacto dos Balcãs.¹⁰ Em 1976, ambos assinaram o Protocolo de Berna, no qual acordaram que não explorariam as áreas marítimas para além de suas soberanias.

6 O CATALISADOR DAS DISPUTAS CONTEMPORÂNEAS

Diante de demandas crescentes, sobretudo de ordem econômica, foram aumentados os esforços visando robustecer a regulamentação jurídica e estabelecer níveis de jurisdição com relativo consenso internacional. Em 1982, foi celebrada a CNUDM, sob a égide da ONU, que contou inicialmente com 116 Estados signatários, incluindo o Brasil, e definiu os direitos e deveres dos Estados quanto aos espaços marítimos (SOUZA, 2018).

A CNUDM, apesar da necessidade de conciliar interesses de diferentes Estados, conseguiu normatizar o uso marítimo. Ela padronizou os critérios para definir as regiões marítimas sujeitas aos níveis da soberania do Estado costeiro, que diminui à medida que essas regiões se afastam do litoral. As regiões definidas foram: Mar Territorial (MT), Zona Contígua (ZC), Zona Econômica Exclusiva (ZEE), Plataforma Continental (PC) (SOUZA, 2018).

9 O Tratado de Garantia (1960) foi feito no contexto da independência do Chipre em relação ao domínio britânico, que perdurava desde 1914. Esse tratado foi possível após as comunidades gregas e turcas chegarem a um acordo sobre uma constituição para o país, dando à Grã-Bretanha, Grécia e Turquia o direito de intervir no Chipre, além de permitir a manutenção da soberania britânica sobre duas bases militares no Chipre (MARCUS, 2011).

10 Em virtude da Iugoslávia ter se voltado para o Ocidente, após um afastamento da ex-URSS em 1948, abriu-se nova frente na Guerra Fria. Assim, foram feitos acordos pelos iugoslavos com Grécia e Turquia, criando o Pacto dos Balcãs, iniciado como um acordo político que foi concluído em Ancara (Turquia), em fevereiro de 1953. Por meio desse pacto, a Iugoslávia foi indiretamente incluída no sistema de defesa Ocidental, fortalecendo sua segurança (TERZIC, 2016).

Com o avanço tecnológico, os Estados sentiram a necessidade de ampliar suas águas para garantir a segurança e explorar os recursos marinhos e do subsolo marinho. Essa extensão de áreas sob soberania, águas territoriais ou MT, com largura de 12 milhas náuticas (MN), e sob jurisdição, a PC e a ZEE representam fontes de diversos litígios, incluindo os do mar Egeu e leste do mar Mediterrâneo.

O conceito de ZEE, que permite o exercício da jurisdição sobre as 200 MN da linha de base do Estado lindeiro, foi reconhecido pela Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar, concluída em Montego Bay, na Jamaica, em dezembro de 1982. Contudo, muitos países anteciparam-se à assinatura da convenção, para estabelecer suas ZEE, por exemplo, a França, que o fez em 1976. Esses desenvolvimentos perturbaram a relativa estabilidade do Mar Egeu, respeitado desde o final da Segunda Guerra Mundial, e geraram polêmicas a respeito das águas territoriais e da plataforma continental, mormente entre a Grécia e a Turquia.

Com efeito, existem duas realidades históricas opostas que convivem em um misto de reconciliação e de ressentimento. A divisão territorial resultante do Tratado de Lausanne e do Tratado de Paris de 10 de fevereiro de 1947 parecia relativamente estável (MANN, 2001).

A Grécia tem aproximadamente 2.500 ilhas no Mar Egeu. Logo, o estabelecimento de uma extensão de MT, conforme o previsto na CNUDM, ou seja, com 12 MN, lhe conferiria o controle de 71% dessas águas territoriais, em função da existência dessas ilhas, o que tornaria impossível que navios turcos chegassem ao Mediterrâneo sem cruzar as águas territoriais gregas. Historicamente, a Grécia estendeu suas águas territoriais para 6 MN por meio de uma lei instaurada em setembro de 1936. As águas territoriais gregas cobrem, portanto, 43,5% do Mar Egeu, enquanto as águas territoriais turcas representam apenas 7,5%. Com a CNUDM, a área de alto mar seria reduzida de 49% para 19,7%. Por conseguinte, se os dois países estabelecessem ZEE, conforme definido pela convenção, o espaço restante (19,7%) ficaria inteiramente sob a jurisdição de Atenas (REPUBLIC OF TÜRKIYE, 2021).

Isso é um dos fatores que explicam por que a Turquia sempre exerceu pressão sobre seu vizinho, alegando que o alargamento das águas territoriais gregas para 12 MN representaria um *casus belli*¹¹ (REPUBLIC OF TÜRKIYE, 2021). O Parlamento turco subscreveu essa posição com uma resolução aprovada em junho de 1995, pouco depois da ratificação da CNUDM pela Grécia. A dificuldade surge do fato de que, nos termos da convenção, os navios de todos os Estados, costeiros ou sem litoral, gozam do direito de passagem inocente nas águas territoriais de outro Estado. Esse direito envolve restrições para embarcações militares e submarinos, que são obrigados a navegar na superfície e podem ser regulamentados pelo Estado costeiro (MANN, 2001). Assim, com a extensão de 12 MN das águas territoriais gregas no Mar Egeu, os navios de guerra turcos vindos do estreito Bósforo ou de Esmirna estariam sujeitos às limitações do direito de passagem inocente ou mesmo aos regulamentos adotados por Atenas.

Em novembro de 1973, o governo turco autorizou zonas de pesquisa de combustível para a Turkish State Petroleum Company na área localizada entre as ilhas gregas de Lesbos, Esquiros, Limnos e a oeste de Samotrácia. Em julho de 1974, a Turquia emitiu novas licenças estendendo

11 *Casus belli* é uma expressão para designar um fato considerado suficientemente grave pelo Estado ofendido para declarar guerra ao Estado supostamente ofensor.

essa zona para o oeste e reivindicou uma nova porção estreita da plataforma continental localizada entre as ilhas gregas do Dodecaneso e das Cíclades. A Grécia, por sua vez, protestou fortemente contra essas atitudes. A Turquia, no entanto, enviou navios oceanográficos para a área contestada: o Çandarlı, em maio-junho de 1974; e o Sismik I, em agosto de 1976, cuja missão levou os dois países à beira de um conflito armado.

Suas posições podem então ser resumidas da seguinte forma: para a Grécia, o direito internacional e, especialmente, a resolução constante da CNUDM sobre a PC dá às ilhas o direito de exercer jurisdição sobre sua PC e especifica que a plataforma entre dois países deve ser definida com base na linha média entre os dois Estados. Assim, cada uma das ilhas do mar Egeu tem sua PC e as fronteiras com a Turquia devem ser definidas com base naquela linha. Para a Turquia, as ilhas gregas não têm direito de exercer jurisdição na plataforma, uma vez que estão localizadas na PC turca. De fato, as circunstâncias especiais mencionadas pela CNUDM sobre a PC, conforme o seu art. 6.2, justificam, nesse caso, a inaplicação do método da linha média.

Tendo em vista o acordo frustrado, a Grécia submeteu a controvérsia ao Tribunal Internacional de Justiça (CIJ), em agosto de 1976, mas a Turquia se recusou a reconhecer a jurisdição do tribunal, que no final, declarou-se incompetente. Desde então, a questão marítima permaneceu e foi agravada por disputas territoriais. O direito internacional, no entanto, evoluiu, afetando a posição dos países e aumentando as dissensões. Para a Grécia, a CNUDM representava um reforço em seu entendimento ao especificar que os Estados costeiros poderiam estender a área de suas águas territoriais para 12 MN, ao mesmo tempo em que, para a Turquia, a convenção representava um fortalecimento de seu entendimento ao remover qualquer referência à linha média na delimitação da PC. Com efeito, conforme a convenção, a delimitação das águas territoriais, bem como da ZEE, deverá ser efetuada por acordo, com base no direito internacional, a fim de alcançar uma solução equitativa, consoante receitam os artigos 74 e 83 da CNUDM.

A Turquia é um dos Estados que se recusou a assinar a convenção por recusar a possibilidade de estender a largura das águas territoriais para 12 MN. A Convenção não pode, portanto, ser aplicada à Turquia, em teoria, mas a jurisprudência tende cada vez mais a considerar que suas principais disposições pertencem, no entanto, ao direito internacional. Nesse sentido, a jurisprudência preenche as lacunas da CNUDM sobre a delimitação dos espaços marítimos. Na CNUDM não há métodos de delimitação dos espaços marítimos, tendo sido progressivamente contemplado pela jurisprudência da CIJ, que estabeleceu princípios aplicáveis. Assim, esse tribunal definiu as noções de equidistância, bem como circunstâncias especiais para a delimitação do mar territorial e de princípios equitativos para a plataforma continental e a ZEE.

O governo grego, em 1987, deu início à exploração de petróleo nas proximidades da ilha de Thasos, autodeclarada grega, mas reivindicada pela Turquia. Em resposta, o governo turco enviou para a mesma região um navio de pesquisa escoltado por navios de guerra. Em uma escalada das tensões, o primeiro-ministro grego inicialmente ordenou o afundamento do navio de pesquisa turco, recuando posteriormente, o que provocou um agravamento da crise entre os dois países (STANICEK, 2020).

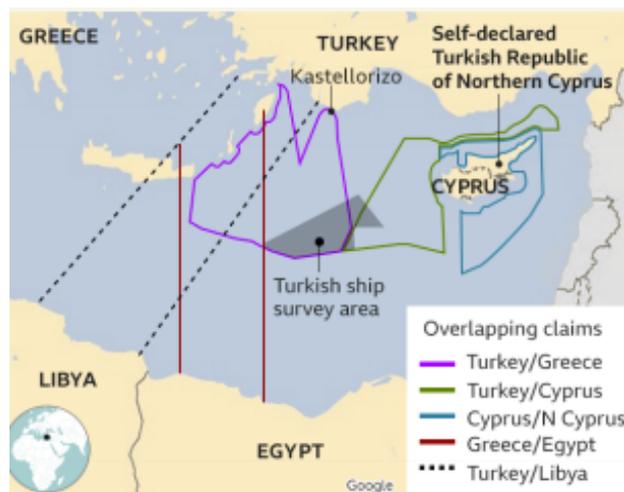
Na década de 1990, a tensão se acentuou. Durante as questões geopolíticas da Guerra Fria (1947-1989), ambos, por meio da Otan, alinhavam-se contra um inimigo em comum e tiveram, de certa forma, que deixar as divergências em segundo plano. Após essa fase, os dois países

pueram mergulhar mais profundamente nos seus interesses individuais e buscar objetivos próprios, o que reacendeu as tensões (MANN, 2001).

7 A QUESTÃO ENERGÉTICA

Após a descoberta do grande potencial de exploração de gás natural no leste do mar Mediterrâneo, as relações na região estão sendo transformadas e as rivalidades históricas entre Grécia e Turquia estão aflorando novamente em meio às mudanças geopolíticas na região. Em julho de 2020, houve um aprofundamento das tensões entre os dois países devido às atividades turcas de pesquisa de petróleo e gás em águas contestadas no mar Mediterrâneo Oriental, em uma área de reservas de gás natural recentemente descoberta por Israel, Egito e Chipre, conforme a Figura 2. Após a intervenção da Alemanha, como representante da UE, a fim de mitigar a elevação da tensão, houve um comprometimento de ambas as partes em dialogar para a resolução do conflito.

Figura 2 – Mapa da Área de Disputa Marítima



Fonte: MARCUS, 2020

A segurança energética é cada vez mais um fator importante na estratégia e geopolítica dos Estados, buscando o desenvolvimento econômico e um posicionamento de destaque no cenário internacional. Entretanto, para alcançar melhores condições de segurança energética, as ações tomadas para afastar o risco da falta de energia, ou para diminuir a instabilidade da falta de acesso a essas fontes, podem levar um Estado a aplicação de medidas estratégicas que extrapolam a diplomacia em certas ocasiões, sendo incisivos no sistema internacional de modo a alcançar unilateralmente seus objetivos.

Ressalta-se que existem diversas divergências entre turcos e gregos com relação aos direitos no mar Egeu e Mediterrâneo, as quais têm se intensificado nos últimos anos, principalmente devido à alta dependência das importações de petróleo e gás por parte dos turcos, associado às recentes descobertas de reservas de hidrocarbonetos na região, além das estimativas de grandes reservas ainda não descobertas (MARCUS, 2020).

Para a Turquia, as fronteiras marítimas finais só podem ser determinadas por meio de acordos, não violando as possíveis fronteiras de terceiros, ou por meio de litígios. Assim, o país alega que está pronto para iniciar as negociações de delimitação de fronteiras marítimas com todos os países vizinhos, exceto com os cipriotas gregos. A delimitação no oeste da ilha de Chipre deve ser efetuada após a solução mais abrangente da questão do Chipre. A posição turca é que a ilha de Chipre a oeste e as ilhas gregas na área, incluindo Kastellorizo, não podem gerar ZEE/PC plena, sob o direito internacional, devendo os direitos iguais dos turco-cipriotas como coproprietários da ilha serem garantidos imediatamente. Assim, a Turquia continuará suas atividades de pesquisa e perfuração nas áreas licenciadas da República Turca do Norte do Chipre, a menos que os direitos iguais dos cipriotas turcos sobre os recursos *offshore* sejam garantidos, conforme apresentado na Figura 2.

Adicionalmente, o governo turco tem difundido o conceito de Pátria Azul (*Mavi Vatan*, em turco). O termo é uma abreviação da alegação turca de que o Tratado de Sèvres de 1920, que encerrou as hostilidades entre o Império Otomano e as potências aliadas, despojou indevidamente a Turquia de muitas de suas ilhas históricas e possessões marítimas no Egeu e no Mediterrâneo Oriental¹² (RODRIGUEZ, 2020).

Constata-se que a Turquia tem seguido uma política externa cada vez mais agressiva no Mediterrâneo Oriental, enviando navios de perfuração acompanhados por navios de guerra para águas reivindicadas pelo Chipre, as quais já haviam sido arrendadas pelo governo cipriota para companhias de petróleo estrangeiras. Tal agressividade com seus vizinhos mediterrâneos levou a uma deterioração de suas relações com a UE, em particular com a França, que apesar de mostrar seu posicionamento neorrealista, corre o risco de Ancara isolar-se diplomaticamente.

A França tem sido o aliado mais próximo da Grécia na Europa, compartilhando valores políticos e laços culturais. Por sua vez, como país membro da Otan e da UE, a França apresenta proeminência na região com interesses econômicos no norte da África, sobretudo por meio de relações próximas com Grécia, realizando inclusive exercícios militares conjuntos no mar Mediterrâneo. Apesar desse estreitamento diplomático desses dois Estados e de um distanciamento com relação à Turquia, a qual enxerga a UE como parcial na questão das disputas marítimas, pode ser observado também a influência – por intermédio do poder econômico – de outro país europeu, no caso, a Alemanha. A liderança alemã na Europa é um ponto importante no cenário geopolítico, uma vez que Berlim pode atuar ativamente na crise. Nesse aspecto, a Alemanha já fez esse papel de mediador europeu nas disputas entre Grécia e Turquia, tendo em vista a intenção de assegurar os interesses da UE e evitar um conflito indesejável entre dois membros da Otan (STANICEK, 2020).

O desenvolvimento de campos de gás no leste do mar Mediterrâneo seria mais fácil com a cooperação turca. Israel, Chipre e Egito, no entanto, estão resistindo à tentativa da Turquia de dedicar-se ao desenvolvimento desses campos de gás. Em resposta, a Turquia deixou subentendido que bloqueará o projeto de construção do gasoduto *East-Med* e que poderá enviar forças militares para fazê-lo (AUTRAN, 2021).

12 A restauração dessas possessões permitiria à Turquia garantir 178.000 milhas quadradas adicionais do Mar Mediterrâneo sob controle turco (RODRIGUEZ, 2020).

Em janeiro de 2021, Grécia, Chipre e Israel assinaram um acordo para construir um gasoduto submarino que transportará grandes quantidades de gás natural para a Europa, do qual a Turquia não é participante, de acordo com a Figura 3. Além disso, Grécia, Chipre, Israel, Egito, Itália, Jordânia, Emirados Árabes Unidos e Autoridade Palestina estão unidos no Fórum do Gás para o Mediterrâneo Oriental (EMGF), apoiados pelos EUA. Por seu turno, a Turquia, excluída do aludido fórum, o denunciou como um clube *anti-turco* (AUTRAN, 2021).

Figura 3 – O projeto do *EastMed*, conectando países do Mediterrâneo Oriental



Fonte: AUTRAN, 2021

A Turquia e a Grécia buscam suprir as necessidades de energia por meio da competição entre seus governos, almejando uma menor dependência energética externa no que tange ao petróleo e gás. Tal situação pode ser observada pelas recentes descobertas de petróleo e gás no leste do mar Mediterrâneo, fato que ensejou uma série de acontecimentos adversos entre os dois Estados em busca do atendimento das demandas de cada país, levando-se em consideração o caráter anárquico do sistema internacional.

Nesse contexto, as recentes descobertas de gás no leste do mar Mediterrâneo serviram a estratégia de aumento de segurança energética, como é possível evidenciar ao verificar a política da Turquia com relação à Líbia. Com efeito, foram assinados dois memorandos de entendimento com o Governo de Acordo Nacional da Líbia (GNA): a Delimitação das Áreas de Jurisdição Marítima no Mar Mediterrâneo e o Acordo de Segurança e Cooperação Militar (MARCUS, 2020).

O primeiro acordo demarcou as fronteiras marítimas da Turquia com a Líbia, com a criação bilateral de uma ZEE que se estende desde a costa mediterrânea do sul da Turquia até a costa nordeste da Líbia, desconsiderando as principais ilhas gregas, como Creta, conforme a Figura 4.

Figura 4 – Acordo marítimo líbio-turco



Fonte: MENÉNDEZ, 2020

O segundo acordo permitiu que o GNA resistisse à ofensiva do líder do Exército Nacional Líbio (LNA), Khalifa Hifter, para assumir Trípoli, já que a Turquia forneceu apoio militar direto à GNA. Em um momento em que os apelos desesperados da GNA por apoio militar de atores europeus não surtiram efeito, o acordo sobre as fronteiras marítimas era essencialmente o preço a ser pago à Turquia em troca da cooperação militar (MENENDEZ, 2020). Dessa forma, o acordo sobre as fronteiras marítimas tinha mais a ver com o leste do mar Mediterrâneo do que com a Líbia. Conforme a resolução, o gasoduto proposto Israel-Grécia-Chipre teria que passar por áreas marítimas reivindicadas pela Turquia, conforme o tratado marítimo turco-GNA, transmitindo assim a intenção da Turquia de interromper quaisquer projetos que visassem contorná-lo.

No entanto, como os acordos desconsideraram importantes ilhas gregas, por exemplo Creta e Rhodes, são altamente contestados no cenário internacional. Por sua vez, a Grécia reagiu de forma contundente, expulsando o embaixador do GNA de Atenas e cultivando laços mais estreitos com o Exército Nacional Líbio (LNA), antagonista do GNA na Guerra Civil Líbia. Tal atitude não só aumentou a tensão entre Ancara e Atenas, mas também abriu caminho para a Grécia assinar uma resolução de termos similares com o Egito, em agosto de 2020, para delimitar suas respectivas jurisdições marítimas.

O acordo turco-líbio entra em conflito com a visão grega sobre suas próprias fronteiras marítimas, enquanto o acordo greco-egípcio produz o mesmo efeito com relação à Turquia. A conexão entre a política da Turquia na Líbia, bem como os movimentos estratégicos no leste do mar Mediterrâneo são expressos pela doutrina *Mavi Vatan*, ou Pátria Azul turca, configurando-se como principal conceito geopolítico de Ancara para o Mediterrâneo oriental e firmando sua postura neorealista.

Na prática, é possível identificar o acordo marítimo com a Líbia como um posicionamento estratégico neorrealista. Embora esse conceito não tenha qualquer base legal, ele indica a determinação turca em defender e salvaguardar essas fronteiras projetadas, ou pelo menos tentar confirmar essa impressão. Em segundo lugar, a Pátria Azul é o apelo da Turquia para projetar um eventual reposicionamento do país, representando a reorientação das políticas externas e da segurança da Turquia com relação à Rússia e à China, o que as tornam um assunto de segurança nacional para a Grécia, afetando por consequência, a UE.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neorrealismo de Kenneth Waltz tem como principal objetivo entender as principais causas da guerra nas relações internacionais por meio da análise de três imagens: o homem, os Estados e o sistema de Estados. No entanto, este tem sido o maior influenciador no caso de guerras, mas que equilibra as relações internacionais entre os Estados, mantendo ou negociando a paz.

Após a segunda metade do século XX, há o surgimento de novos atores internacionais, que visam a cooperação entre Estados em um sistema internacional anárquico, como a ONU e UE, tornando essas relações mais complexas.

Turquia e Grécia são Estados-membros da OTAN e representam um desafio para os planejadores da organização, uma vez que as diferenças devem ser levadas em consideração na condução dos treinamentos que envolvem ambos os países. Além disso, por algumas vezes, houve o risco de uma guerra envolvendo a beligerância dos dois países, fato que chegou bem próximo em 1974, por ocasião da invasão turca do Chipre e, recentemente, por ocasião das disputas energéticas no mar Meridional Oriental.

As crises entre Grécia e Turquia estão relacionadas com o processo de formação de ambos os Estados. Nesse sentido, há diversos exemplos, desde o fim do Império Otomano, que se descortinam na atualidade por meio da situação do Chipre e das disputas marítimas. As diferenças entre os dois foram catalisadas pela recente descoberta de recursos energéticos no mar Mediterrâneo, que garantem segurança energética e protagonismo para esses países.

A Grécia é um Estado membro da UE, enquanto a Turquia não. Essa diferença tem acarretado parcerias com outros atores. A Grécia tem sido apoiada pela França, que tem afinidades no sistema internacional. A Turquia nitidamente tem um movimento estratégico pendular, ora se aproxima do ocidente, por meio de parceria com os EUA e tratativas com a UE, ora se aproxima do oriente por intermédio de parcerias e acordos bilaterais com a Rússia.

Esse contexto de disputas foi agravado com a recente descoberta de recursos energéticos que tem motivado as disputas acerca do Chipre e o estabelecimento de acordos bilaterais entre Grécia e o Egito, ou entre a Turquia e a Líbia, para divisões dos espaços marítimos no sistema internacional.

Para uma solução pacífica da atual contenda marítima no Mediterrâneo, Grécia e Turquia devem estar dispostos ao estabelecimento de uma solução intermediária, que pode ser mediada pela UE ou, de maneira mais específica, pela Alemanha, cuja política externa demonstra boas relações com ambos os Estados, a fim de manter a estabilidade das relações dos países lindeiros do mar Egeu e do leste do mar Mediterrâneo.

REFERÊNCIAS

AUTRAN, M. O Mediterrâneo Oriental e o papel da Itália como distribuidora de gás natural na Europa. **Boletim Geocorrente**, Rio de Janeiro, n. 139, p. 9, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/48939035/Global_Britain_o_Indo_Pac%C3%ADfico_e_o_Brasil_Breves_Considera%C3%A7%C3%B5es_sobre_o_Integrated_Review_2021. Acesso em: 1 jun. 2023.

BLAINEY, G. **Uma Breve História do Século XX**. São Paulo: Fundamento, 2009.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY - CIA. The World Factbook. **CIA**, Washington, DC, 2021. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/>. Acesso em: 1 jun. 2021.

GRECO-TURKISH Wars. *In: Encyclopædia Britannica*. Chicago: Britannica, 1998. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Greco-Turkish-wars>. Acesso em: 7 maio 2021.

HALL, R. C. Balkans Wars 1912-1913. *In: The International Encyclopedia of the First World War*. Berlin: [s. n.], 2014. Disponível em: https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/balkan_wars_1912-1913. Acesso em: 7 maio 2021.

KAPLAN, R. D. **A vingança da Geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica**. Elsevier: Rio de Janeiro, 2013.

LAMY, S. L. Contemporary mainstream approaches: neo-realism and neo-liberalism. *In: BAYLES, J.; SMITH, S. (ed.). The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 205-224

MAIA, T. V.; BARBOSA, C. P. Releitura de “O Homem, o Estado e a Guerra” de Kenneth Waltz: Uma revisão da Análise Teórica frente aos novos paradigmas das relações internacionais. *In: SEMANA CIENTÍFICA DA UNILASALLE*, 9., 2013, Niterói. **Congresso** [...]. Niterói: Centro Universitário La Salle. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/salao_ensino_extensao/article/view/11167. Acesso em: 10 jul. 2021.

MANN, S. **The Greek-Turkish dispute in the Aegean Sea: It's ramifications for NATO and the prospects for resolution**. 2001. 104 p. Thesis (Master of Arts in National Security Affairs) – Naval Postgraduate School, Monterey, California, United States of America, 2001.

MARCUS, J. Timeline: Cyprus. **BBC**, London, 13 dez. 2011. News. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/1021835.stm#blq-main>. Acesso em: 6 maio 2021

MARCUS, J. The Easter Mediterranean tinderbox: Why Greek-Turkish rivalries have expanded. **BBC**, London, 25 ago. 2020. News. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-53906360>. Acesso em: 6 maio 2021.

MENÉNDEZ, C. La guerra del gas inflama el Mediterráneo oriental. **Euronews**, Lyon, 6 jan. 2020. Disponível em: <https://es.euronews.com/2020/01/06/la-guerra-del-gas-inflama-el-mediterraneo-oriental>. Acesso em: 21 maio 2021

REPUBLIC OF TÜRKIYE. Background note on Aegean Disputes. **Ministry of Foreign Affairs**, Ancara, 2021 Disponível em: <https://www.mfa.gov.tr/background-note-on-aegean-disputes.en.mfa>. Acesso em: 6 maio 2021.

RODRIGUEZ, N. Cem Gürdeniz; Maritime Turkey represents the entire Turkish world from central Asia to the Balkans. **Quixote Globe**, Madrid, 6 set. 2020. Geopolitics. Disponível em: <https://quixoteglobe.com/maritime-turkey-represents-the-entire-turkish-world/>. Acesso em: 9 jan. 2021.

SEQUEIRA, J. M. D. **Geopolítica do Mediterrâneo**. In: CIÊNCIA, 2016, Lisboa. **Congresso** [...]. Lisboa: Centro de Congressos de Lisboa, 2016.

STANICEK, B. Turkey: Remodelling the eastern Mediterranean. Conflicting exploration of natural gas reserves. **European Parliamentary Research Service (EPBR)**, Brussel, 2020. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/652048/EPRS_BRI\(2020\)652048_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2020/652048/EPRS_BRI(2020)652048_EN.pdf). Acesso em: 16 mar. 2021

SOUZA, H. S. C. de. **O direito do mar e seus três nós**: a regulamentação jurídica dos fundos marinhos internacionais. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018.

STEARNS, M. **Entangled Allies**: U.S. Policy Toward Greece, Turkey, and Cyprus. New York: Council on Foreign Relations, 1992.

TERZIC, M. Yugoslavia and the Balkan Pact 1953/1954. **Ministry of Defense of the Republic of Serbia**, Belgrade, 3 mar. 2016. Strategic Research Institute. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160303200239/http://www.isi.mod.gov.rs/abstrakt.php?lang=en&id=6>. Acesso em: 15 maio 2021

TOSTA, O. **Teoria geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

WALTZ, K. N. **Man, The State and War**. A theretical Analysis. New York: Columbia University Press, 1959.

WALTZ, K. N. **Theory of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 1979.

WAR OF GREEK Independence. In: **Encyclopædia Britannica**. Chicago: Britannica, 1998. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/War-of-Greek-Independence>. Acesso em: 26 maio 2021.

ZANOTTI, J.; THOMAS, C. Turkey: Background and U.S Relations in Brief. R44000. **Congressional Research Service**, Washington, DC, 30 dez. 2021.